

OS DIREITOS DAS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA

WOMEN'S RIGTH IN THE RUSSIAN REVOLUTION

*Julia Mayrinck dos Santos**

Resumo: Anteriormente a Revolução Russa, as mulheres soviéticas eram dependentes de suas famílias e possuíam baixo grau de alfabetização. Contudo, com a urgência de dar lugar às mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de efetivar o ato revolucionário de 1917, militantes da questão iniciaram a fase de conscientização nas indústrias sobre a importância da emancipação feminina. A partir de então, o estopim da revolução foi marcado por uma mobilização grevista de mulheres operárias, que contou com o apoio de soldados e outros operários, tomando as proporções necessárias para a queda do czarismo. Com Lênin governando a União Soviética, o pensamento bolchevique começara a mudar em relação ao sexo feminino, foram implementadas diversas políticas públicas que as favoreciam e lhe traziam direitos essenciais para atingir a igualdade de gênero, incluindo nos direitos trabalhistas. Entretanto, a evolução desses direitos contou com o impasse econômico que a URSS vivia na época e a volta da massa trabalhadora masculina das guerras, faz com que Lênin adotasse medidas retrógradas, prejudicando a maioria das mulheres. O objetivo do artigo é fazer uma comparação do passado e o presente dos direitos das mulheres na Revolução Russa, além de explicitar quais lhe eram concedidos e as mudanças que estes sofreram.

Palavras-Chave: Mulher; Revolução Russa; Militantes; Ato Revolucionário

Abstract: Before the Russian Revolution, soviet women relied heavily on their families and had low literacy levels. However, the haste to find places for women in the job market and the need to consolidate the 1917 revolution, militants for the cause started bringing the industry awareness about the importance of women's emancipation. From then, the beginning of the revolution was marked by a mobilization by women's workers to strike, which was backed by soldiers and other workers, eventually evolving into a big enough movement to

* Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense; juliamayrinck@id.uff.br

overthrow czarism. With Lenin in charge of the Soviet Union, Bolshevik thinking shifts when it comes to their ideas about women, and several instances of public policy which benefited women and granted them essential rights to reach gender equality were implemented, including new labor laws and workers rights. However, the evolution of those rights brought on a significant impasse in the USSR, considering men were returning from war, which made Lenin adopt backtracking measures, jeopardizing women's rights. This article's goal is to compare the rights of women in the Russian Revolution, past and present, and to highlight which rights were afforded and what changes were made to those.

Keywords: Women; Russian Revolution; Militants; Revolutionary Act

Introdução

A visão da mulher nos séculos XIX e XX, era baseado nos costumes patriarcais, julgando seu comportamento emocional como previsível, destacando sua fragilidade física, moral e intelectual, sendo preparadas para o trabalho doméstico e à submissão, e durante muito tempo permanecia o pensamento da existência de dois tipos femininos: a “mãe” e a mulher histérica e nervosa (COSTA, 1979). Esse aspecto era observado em documentos oficiais, como a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão para garantir o direito dos homens; no entanto, como um ato de discordância, a francesa Olympe de Gouges, lança o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher” e, em consequência, foi decapitada.

Detectou-se tais ideias, também, no discurso de muitos filósofos reconhecidos, como Jean-Jacques Rousseau que afirmava o papel da mulher de agradar o homem e ser subjugada por ele, pois era mais forte. Entretanto, haviam pensadores que não viam o sexo feminino desta forma, como Charles Fourier, considerado um socialista utópico, afirmando que “mudança de uma época histórica sempre se deixa determinar em função do progresso das mulheres em relação à liberdade, porque é aqui, na relação da mulher com o homem (...) que aparece de maneira mais evidente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação da mulher é a medida natural do grau de emancipação geral”. E, continuou, “ninguém fica mais profundamente punido do que o homem quando a mulher é mantida na escravidão” (MARX, 1987:190).

Assim como Fourier, alguns socialistas utópicos influenciaram o pensamento de Marx e Engels acerca das questões sobre a mulher, assumindo o posicionamento e a defesa feminina em diversos artigos, dando destaque a elaboração do Manifesto do Partido Comunista (1848) e A Ideologia Alemã (1846) – que afirmava a escravidão da mulher e dos filhos perante o homem e “para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante”. (ENGELS, 1974:182).

É claramente visto que as ideias de Marx e Engels impactaram no pensamento de Lênin, perante a revolução, ao levantar a importância da mulher para alcançar a luta da classe trabalhadora na União Soviética, admitindo-se que “a operária e a camponesa são oprimidas

pelo Capital, e mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, elas não dispõem de direitos iguais aos dos homens, já que a lei não lhes concede essa igualdade, e mais – o que é essencial – elas vivem na ‘escravidão doméstica’, sofrendo a opressão do trabalho mais mesquinho, mais sombrio, mais pesado, mais bestializador, o trabalho da cozinha e, em geral, do lar individual e familiar”.

Na Revolução Russa, pode-se observar uma diferença de pensamento mais evoluída, em comparação com a visão mundial, com base nas concepções dos socialistas revolucionários Marx e Engels, desenvolvendo, com a liderança de Lênin, uma sociedade que debatia sobre amor livre, aborto, trabalho infantil, direitos trabalhistas e direitos das mulheres; na tentativa, inclusive, da busca pela emancipação feminina e igualdade de gênero. Entretanto, quando foi necessário o desenvolvimento da União Soviética, principalmente na instância econômica, para sair da crise, tais debates passaram de um caráter individualista, para retornar ao pensamento anterior ao da revolução, similar ao do mundo ocidental, trazendo retrocessos nas políticas públicas. Compreende-se, assim, o objetivo do artigo, explicitar os avanços das discussões acerca da emancipação feminina e dos direitos das mulheres sob o pensamento bolchevique e como estes eram importantes para a época, mas, também, avaliar as consequências futuras das políticas econômicas adotadas.

Sob tal enfoque, o artigo traz referências a personalidades importantes para a época, pois se tratavam de militantes, muitas com influência política, na causa dos direitos da mulher - como Inês Armand, Aleksandra Kollontai, Nadêjda Krúpskaia, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo – essenciais, também, atualmente para compor o acervo de artigos e livros clássicos para o entendimento da evolução da emancipação feminina, assim como a luta para os direitos das mulheres.

O papel da mulher na Revolução Russa

A Rússia, da segunda metade do século XIX, tinha uma economia atrasada, com uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural, contava com 80% de sua população camponesa e tinham, recentemente, abolido a servidão. A situação das mulheres era de submissão dentro das famílias, sem perspectiva de novas funções ou mudança de vida. No final deste século, sofreu pequenos avanços industriais, aumentando 5,0% ao ano até o início do próximo século, porém com presença estrangeira. Com isso, houve um deslocamento dos camponeses para as áreas urbanas, em busca de melhores condições de trabalho e de vida; mas o que resultou foi a carga excessiva de trabalho, baixos salários, a fome e a marginalização.

Com derrota russa na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), a crise econômica atingiu o país, fazendo aumentar o nível de descontentamento com o czar Nicolau II. Além disso, pela necessidade de remanejar os homens para os combates que ocorriam nesse período, as mulheres tomavam seus locais nas indústrias, mas eram consideradas mão-de-obra barata, não tinham direitos trabalhistas, permaneciam nas tarefas domésticas e sofriam preconceito e violência. Nessa mesma época, constatava-se que 88% das mulheres eram analfabetas e que

para este quadro se reverter, levaria em torno de 50 anos; não havia o direito ao voto, o matrimônio era apenas religioso e o divórcio, praticamente, impossível. (SERÉBRENNIKOV, 1943)

Enquanto isso, em 1907, no Congresso Internacional Socialista, Clara Zetkin, primeira grande líder feminina do movimento socialista alemão, apresentou uma proposta de resolução que afirmava: “Os partidos socialistas de todos os países têm o dever de lutar energicamente pela conquista do sufrágio universal feminino (...) direito que deve ser reivindicado vigorosamente em todos os lugares de agitação e no parlamento” (ZETKIN, 1976:113). Ela, também, defendeu que o direito ao voto às mulheres deveria ser essencial para obter o objetivo final almejado por Lênin. Na segunda conferência, em 1910, em Copenhague, Zetkin apoiara a realização do dia internacional das mulheres.

A partir disso, a conscientização entre as mulheres de que sofriam violação de vários direitos aumentou, e em 1914, as militantes socialistas russas editaram uma revista chamada “Trabalhadoras” e faziam parte de seu conselho editorial Inês Armand, Aleksandra Kollontai e Nadêjda Krúpskaia, companheira de Lênin, o objetivo era educar as trabalhadoras.

Em 1916, as operárias se concentravam no setor têxtil e eram as mais exploradas, ganhando um salário menor que a metade dos homens do setor metalúrgico. No dia 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário internacional), ocorreu o estopim da Revolução, deflagrado por uma mobilização grevista de mulheres operárias que gritavam se opondo ao czar e contra a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Obteve-se apoio dos soldados e de outros operários, tornando a greve com proporções maiores, ocasionando na deposição do czarismo.

Alexandra Kollontai, revolucionária comunista russa, fez a seguinte observação ao ato: “O dia Internacional das Mulheres de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia”. Nesse mesmo dia, Lênin escreveu um artigo, no Pravda, que dizia:

A metade feminina da raça humana é duplamente oprimida pelo capitalismo. A operária e a camponesa são oprimidas pelo capital, mas primeiro, e acima de tudo, inclusive na mais democrática república burguesa, permanecem, primeiramente, privadas de alguns direitos porque as leis não lhes concedem igualdade com os homens; e, em segundo lugar – e este é o aspecto mais importante – permanecem ‘escravas do trabalho doméstico’. Continuam sendo ‘escravas domésticas’ porque estão sobrecarregadas com a monotonia do mais mesquinho, duro e degradante trabalho na cozinha e nas tarefas domésticas familiares. [...] aqui, na Rússia Soviética, não sobrou nenhum rastro de desigualdade entre os homens e mulheres perante a lei.

Em outubro de 1917, com a tomada de poder pelos bolcheviques, com o governo de Lênin, surgiu uma nova legislação, na qual, estabeleceu-se uma jornada de trabalho de 8 horas diárias às mulheres, proibiram o trabalho noturno e em minas e uma licença maternidade remunerada posterior e anterior ao parto. Na continuação dos direitos trabalhistas, a

Rússia foi a primeira nação que decretou o salário igualitário entre homens e mulheres para as mesmas funções. Além disso, tinham um programa para ‘emancipação’ da mulher, podendo ser estabelecido em dois eixos: o primeiro eixo inclui alguns dos direitos já citados, tendo mais direitos iguais sobre os filhos, reconhecimento dos filhos ilegítimos, direito à educação e à formação profissional, acesso a todos os postos de trabalho sem discriminação; como segundo eixo, temos: construção de restaurantes públicos e de boa qualidade, lavanderias públicas, escolas de tempo integral, hospitais, creches e postos de saúde em todos os bairros. (GOLDMAN, 2014)

Outro avanço do novo governo russo, foi a indicação da líder socialista e feminista Alexandra Kollontai para o cargo de Comissária do Povo de Assistência Pública; neste cargo, participou ativamente para a elaboração de novas leis sobre os direitos das mulheres, entre eles, a legalização do aborto, justificado pela pobreza em que muitas famílias se encontravam neste período. Em contrapartida, a burguesia e a direita socialista não estavam dispostas a aceitar alguém como Kollontai num Ministério até então sob controle do clero e dos filantropos burgueses, sendo saudada por uma greve geral dos funcionários no dia de sua nomeação.

A primeira Constituição Soviética, de 10 de julho de 1918, estabeleceu que as mulheres detinham de:

Direitos iguais aos homens em todos os terrenos da vida econômica, pública, cultural, social e política; além de incluir os direitos políticos das mulheres, ao citar o direito de eleger e de ser eleito nos Conselhos (Soviets) é exercido, independentemente de convicção religiosa, nacionalidade, domicílio etc., pelos seguintes cidadãos de ambos os sexos da República Socialista Federativa Soviética que houverem completado 18 anos, no dia da eleição.

O Código Penal, por sua vez, determinou punições para os que buscassem impedir que isto se realizasse. Em relação às crianças, o Código de 1918, proibia a adoção de crianças para impedir a exploração das famílias com o trabalho infantil.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os homens designados para o combate, retornaram, e em 1921, iniciaram os deslocamentos destes para as indústrias, desempregando milhares de mulheres. Para tentar frear tal impacto, em 1924, o governo soviético, numa nova legislação, proibiu a demissão de mães solteiras ou separadas, foram criados novos incentivos para a contratação e foram integradas nos cursos técnico e superiores para qualificação.

A criação da Nova Economia Política significava voltar minimamente ao capitalismo, pois estimulava pequenas empresas, a reativação do comércio privado e de concessão de capital ao estrangeiro; na agricultura, os camponeses, depois de entregar parte de sua produção ao Estado, seria permitido a comercialização do restante num “mercado capitalista” e obter lucro. A NEP é um retrocesso, dizia Lenin, um retorno ao capitalismo na medida em que o lucro, o livre intercâmbio de mercadorias, o proveito pessoal, os interesses individuais passam a ser permitidos, e mesmo estimulados.

Por fim, a jornalista comunista Anna Louise Strong, explicitou um caso de violência contra a mulher e as consequências com a transição para o governo de Lênin:

Uma outra mulher havia recusado as atenções de um proprietário de terras e casara-se com um camponês comunista. Em consequência, um grupo de dezoito homens, incitados pelo proprietário, a violou no oitavo mês de gravidez e lançou seu corpo em um rio. Mas, ao tomar conhecimento deste fato, o Poder Soviético usou várias armas para libertar as mulheres, como a educação, a propaganda e a lei em todas as partes. Grandes julgamentos públicos condenaram duramente os maridos que assassinaram suas esposas. Com a pressão das novas exigências, juízes confirmaram a pena de morte para os praticantes do que o velho costume não considerava como crime (STRONG, 2003).

Direitos garantidos até quando?

É indiscutível os avanços nas políticas públicas do governo soviético, o aumento dos debates sociais, a união do povo contra um governo injusto e as inúmeras declarações para a proteção das mulheres, tornando, assim, um contexto ideal para uma revolução. Entretanto, como a crise da União Soviética agravava com falta de abastecimento e isolamento externo político e econômico pela Europa, só a mudança social não seria o suficiente, então foram adotadas medidas (a favor do capitalismo) para melhorar a economia e obter algum desenvolvimento, por isso, foi criada a Nova Economia Política, trazendo retrocessos em muitos avanços sociais que foram conquistados até a década de 20, além de mostrar que as mesmas políticas não eram o suficiente para diminuir a miséria do país.

A historiadora Wendy Goldman, em seu livro *Mulher, Estado e Revolução*, um clássico para os estudos sobre a mulher, explora em como o experimento do amor livre e a emancipação da mulher falhou, assim como a tentativa de extinguir a família do quadro social. Com a criação da NEP, as condições de trabalho ficaram cada vez mais precárias, as mulheres que, ou estavam desempregadas (mesmo tendo a política de não demissão exposta anteriormente), tinham perdido o direito de não trabalhar no turno da noite ou de não realizar horas a mais de trabalho. Isso mostra como a organização dessas sociedades está submetida a construções sociais nas quais a organização do trabalho tanto nas unidades familiares como fora delas têm concentrado as mulheres trabalhadoras nas atividades mais precárias, desprotegidas e mal pagas (KERGOAT, 1998).

Nesse processo, com as cooperativas e os indivíduos dando incentivos às indústrias nacionalizadas e deixando de contribuir para os gastos públicos, os refeitórios, creches e outros serviços sociais passaram a ser pagos, prejudicando inúmeras mulheres que dependiam desses recursos. Para Goldman, esses retrocessos somados ao desemprego elevado das mulheres, levariam ao aumento da prostituição e à emergência do fenômeno de besprizorniki feminino, embora um pouco diferente do infantil (GOLDMAN, 2014, p. 157-158, 162 e 170-172).

Sabe-se, também, que a socialização da criação das crianças, contribuiria para a liberdade da mulher, e com a proibição da adoção, fazia com que muitas não sofressem com trabalho escravo. Entretanto, no início da revolução já haviam um grande número de besprizorniki (crianças sem lar), quando as condições pioraram, tais problemas se relacionavam com a mendicância, crime juvenil, epidemias e a prostituição; em consequência, muitas

foram deslocadas para famílias e a adoção passou a ser regulada.

Outro fator que incentivava o abandono infantil, era a representação do casamento, pois muitas mulheres dependiam por segurança e sobrevivência e ao permitir o divórcio e as uniões não matrimoniais, aumentavam o número de pedidos de pensão nos tribunais, tornando o processo lento. E, adjunto do alto índice de desemprego, baixo salário e ausência das creches, firmavam a dependência da mulher em relação a família. As que não mantinham esse laço familiar, por estarem em limitadas condições, optavam por deixar suas crianças em lares ou pelo aborto.

A questão do aborto, foi considerado um grande avanço no pensamento revolucionário, mas sua principal causa não era baseada em princípios individuais e, sim, nas noções patriarcais de maternidade, ou seja, caso tivessem as condições básicas, não haveria necessidade de interromper a gravidez. Em contrapartida, quando a quantidade de abortos superou o de natalidade e nascimentos, preocupando o Estado e fazendo com que lançassem leis para incentivar a maternidade mediante subsídio, bônus e licenças longas; além disso, iniciaram os problemas com o divórcio, a pensão alimentícia e a instabilidade familiar. Assim, concluindo com um dos principais retrocessos, o que Wendy Goldman chama de “ressurreição da família” (GOLDMAN, 2014, p. 303-344).

Conclusão

Pelo exposto, vimos que para alcançar a Revolução Russa, a evolução dos pensamentos bolcheviques foi essencial no que tange a tentativa de igualdade da nação soviética ou, pelo menos, a consciência social e, independente dos problemas internos e externos, as políticas necessárias para obter êxito na revolução foram implementadas, tendo, por um breve momento, direitos para as mulheres, tanto trabalhistas, quanto na transferência doméstica para a instância pública e dentre outras medidas.

Contudo, um aspecto que chama a atenção, foi a mudança na construção social original, mas sem a aplicação de mudanças econômicas no início, sendo assim, prejudicados pelo isolamento político e econômico, não foi previsto que as consequências para a adoção de um novo meio de sair da crise, seriam tão graves e dificultaria a concretização dos direitos concedidos às mulheres na época, além de impedir sua emancipação.

Ademais, nem tudo caracterizou um retrocesso, em 1926, foi promulgado um novo Código da Família que permitia direitos e deveres matrimoniais a um casamento civil sem ter a preocupação de tê-lo registrado ou não, e isto protegia tanto as mulheres quanto as crianças independentes dos casamentos terem sido registrados ou não. Na época, tornou-se a mais avançada das legislações, pois acabava com a predominância masculina no casamento. Já na década de 30, com a autoridade de Stalin, ocorreu um freio no debate sobre o problema da emancipação da mulher e predominava-se uma visão economicista, a homossexualidade foi criminalizada, havia forte repressão às mulheres que ainda realizavam o aborto e o divórcio passou a ser pago.

Atualmente, a mulher na sociedade russa ainda sofre os estereótipos de gênero patriarcais e com a desigualdade salarial, sua ascensão para cargos de alto

poder político é questionada, mas detém de direitos civis igualitários, o aborto é legalizado e, recentemente, está sendo implementado um plano nacional para garantir a participação da mulher na economia russa, aumentando sua representatividade.

Referências Bibliográficas

BUONICORE, Augusto César. As Mulheres e a luta socialista. In: Org(s) MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antônio. **Revolução Russa: Processos, personagens e influências**. Goiás: Centro Popular de Estudos Contemporâneos (CEPEC), 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA SOVIÉTICA RUSSA: Constituição da Revolução Proletária de Outubro de 1917: Constituição de Lenin, Sverdlov e Trotsky. 10 de julho de 1918.

COSTA, Irla Henrique e ANDROSIO, Valéria de Oliveira. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade**. Minas Gerais: Univale. <<http://srvwebbib.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli. **Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica**. Porto Alegre/RS, X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, pp 2542-2549, 2009. <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/71377-CLAUCIAPICCOLI-FAGANELLO.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2017.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Marxismo e revolução social**. São Paulo: Global, 1982.

_____. **Autobiografia de uma mulher emancipada**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____, LAFARGUE, P. e outros. **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1979.

LÊNIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUZ, Alex Faverzani da, e FUCHINA, Rosimeri. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. Rio Grande do Sul: II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS.

MARX, ENGELS e LÊNIN. **Sobre a Mulher**. São Paulo: Global, 1980.

NÓBREGA, Ligia e SANTOS, Elisabete. **Ensaio sobre o feminismo marxista socialista**. Rio Grande do Norte: Mneme revista de humanidade, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Aline Tosta dos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=PV6qPkibAS2c7sK-dWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIChWzQhgFQBdpAuQHC9FGx4AhMGCnPa6rs-31jliZcTdTJtcmER3cWEuJk88aifCLiE6FW5SRjvm31zpFrtSo8o9swhEQwhDQVJvTP-pL9W8cxIDEa7xAfWJlu1nlzF0qCJxwznpjksVjbzZlGwWVuGF0I3mhJmJm7HTG5eppHl-JSVIfCgczMSfMCiaU3xEqFllmqAMRh9Ba6kqICDiowx>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

RODRIGUES, Valeria Leoni. **A importância da mulher**. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

RODRIGUES, L.M.; FIORE, O.D. **Lenin e a economia soviética**. In: **Lenin: capitalismo de estado e burocracia [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, pp. 4-20,2010.